

MOBILIZAÇÃO NAS RUAS CONTRA O PL 1904 IMPÕE RECUO A LIRA



QUE LIÇÕES TIRAR DAS ELEIÇÕES NA EUROPA?

PÁG. 11

**PALESTINA:
A HIPOCRISIA
CRIMINOSA DO G7**

pág. 12

**ÁFRICA DO SUL:
BRANCOS VOLTAM
AO GOVERNO**

pág. 10

**SINDICALISTAS PROPÕEM
PROSSEGUIR LUTA:
"REVOGAÇÃO JÁ"**

pág. 9

“A escola é nossa” no Congresso da UBES

A secundarista Raquel da Rocha conta como foram os debates da entidade estudantil

Raquel da Rocha é militante da Juventude Revolução do PT e impulsionou o movimento “A escola é nossa!”, rumo ao 56º Congresso da UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas, junto com outros estudantes.

O congresso aconteceu de 14 a 16 de junho em Belo Horizonte e reuniu milhares de estudantes de todo o país. Como nos explicou Raquel, entre as discussões feitas no congresso, os delegados eleitos pela tese “A escola é nossa” apresentaram uma moção ao Conubes, aprovada pelo conjunto dos estudantes, exigindo do governo Lula e das reitorias das instituições federais a ruptura das relações acadêmicas, comerciais e diplomáticas com Israel. A moção apresentada é baseada no manifesto da RNEAP - Rede Nacional de Estudantes em Apoio à Palestina, para o qual os militantes da Juventude Revolução coletaram assinaturas individualmente durante todo o congresso. A JR também defendeu o apoio à greve dos técnicos educacionais e professores das universidades e institutos federais, exigindo que o governo Lula atenda às reivindicações de estudantes e trabalhadores.

No primeiro dia de congresso, milhares de estudantes invadiram o ginásio do Mineirinho com baterias e megafones, cantando palavras de ordem como “Criança não é mãe!” e “1,2,3! 4,5 mil! Revoga a reforma ou paramos o Brasil!”. Que a UBES organize lutas por isso, seria bem vindo. A Juventude Revolução propôs um calendário de mobilizações da UBES para que as ruas sejam tomadas pelos estudantes em luta pelo Revoga NEM.

A JR engrossou o coro das reivindicações. Contra o genocídio em Gaza, em solidariedade aos jovens palestinos que hoje têm suas escolas e universidades



↳ Estudantes do movimento “A escola é nossa” durante o congresso

destruídas pelo exército de Israel, também cantou: “Chega de chacina, PM na favela, Israel na Palestina!”.

O militante da JR, Hugo Leonardo, do Paraná, defendeu no congresso a chapa composta pela JR do PT, a Juventude da Articulação de Esquerda/PT e outras organizações de juventude ligadas ao PSOL. Hugo falou sobre a necessidade de revogar o NEM e denunciou a violência da polícia militar contra estudantes e professores que protestavam contra a privatização das escolas na ALEP - Assembleia Legislativa do Paraná. Ele também declarou em sua intervenção: “Os secundaristas são o setor mais afetado entre os estudantes. [...] O NEM precisa ser revogado. A UBES precisa organizar a luta contra os projetos de militarização das escolas nos estados e contra o projeto do Ratinho Junior, de privatização de escolas no Paraná. Todo apoio às greves dos professores!”.

O Trabalho entrevistou Raquel da Rocha, militante da Juventude Revolução de Volta Redonda - RJ e delegada ao congresso. Entrevista realizada por Kris Silvano.

Para você, o que é a UBES e o que você defendeu no congresso junto com a JR?

Para mim, a UBES é uma união muito importante para os estudantes brasileiros. Mas, eu sinto que a UBES não está organizando a luta nas escolas como deveria. Junto com a Juventude Revolução eu defendi a revogação do Novo Ensino Médio, apoio ao povo palestino, pelo cessar-fogo imediato em Gaza, apoio aos estudantes gaúchos, vítimas da catástrofe que aconteceu lá e a luta contra a privatização das escolas que está acontecendo no Paraná.

Quais as principais lutas do movimento secundarista hoje?

O projeto de privatização do governador do Paraná está entre as pautas mais importantes. A UBES também precisa ajudar a organizar a luta dos estudantes para revogar completamente o projeto do Novo Ensino Médio que já foi aprovado na câmara dos deputados. Nós defendemos lá no congresso uma data de mobilização nacional que é a semana do dia 11 de agosto, dia do estudante, para que a UBES convide todo estudante

a ir se manifestar nas ruas.

Após o congresso, quais são as tarefas a serem enfrentadas pelos delegados eleitos pela tese “A escola é nossa”?

Precisamos voltar para as nossas escolas e prestar contas de tudo o que defendemos. Discutir sobre temas importantes como Palestina, Novo Ensino Médio e os projetos de privatização e militarização das escolas que está sendo defendido por vários governadores. E acho que a nossa tarefa principal é se movimentar. Temos que fazer a nossa luta dentro das escolas e também nas ruas.

Após o congresso, há muito trabalho a ser feito. Os jovens da Juventude Revolução retornaram às suas cidades com a tarefa de continuar a discussão, organizando reuniões amplas para continuar a luta. Não vamos permitir que vendam nossas escolas, que as transformem em quartéis ou que as esvaziem de ciência! A escola pública não é dos empresários, não é dos militares e nem dos obscurantistas. A luta segue firme porque a escola é nossa!

Câmara volta a tratar de trabalho a partir de 14 anos de idade

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite que adolescentes a partir de 14 anos possam trabalhar voltou a ser pautada na Comissão de Constituição e Justiça e

pode ir a votação. A PEC quer legalizar contratos de trabalho a partir dessa idade com jornada de até 25h semanais. Hoje, a legislação só permite a partir dos 16 anos e em regime

de aprendizado.

A proposta, no mínimo, merece o problema social da evasão escolar. Em 2022, uma pesquisa da Unicef mostrou que 11% das meninas

e meninos de 11 a 19 anos no país não frequentavam a escola, o que equivalente a cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes. Entre quem não está frequentando

a escola, metade (48%) afirma que deixou de estudar “porque tinha de trabalhar fora”.

Essa PEC não pode passar! Lugar de criança e de adolescente é na escola!

JR organiza reunião ampla rumo ao dia do orgulho LGBTQIA+

Por iniciativa da JRdoPT em Juiz de Fora, militantes de diferentes organizações, coletivos LGBTQIA+ e entidades estudantis se reuniram no último dia 19, para pensar na construção de uma mobilização política direcionada aos direitos da população LGBTQIA+, independente de empresas e governos.

Nela, refletimos sobre problemas locais da cidade - como a falta de financiamento pela prefeitura de um Centro de Referência LGBT, hoje operado apenas com recurso de emendas

parlamentares. Também discutimos o enfrentamento às questões de alcance nacional, como a tutela conservadora que parlamentares, direções escolares e secretarias de educação fazem sobre a educação.

O ato está marcado para o dia 28 de junho, dia mundial do orgulho LGBTQIA+.

A data foi escolhida em homenagem às revoltas de Stonewall, 55 anos atrás, quando a comunidade de gays e lésbicas de Nova York se levantou contra a constante violência policial sofrida, desmoralizando

as instituições LGBTfóbicas e lançando mobilizações de grande escala pelo atendimento das reivindicações da comunidade.

Desde então, no entanto, o caráter reivindicatório da data tem ficado em segundo plano diante de festas e eventos simbólicos.

Com este pequeno passo, procuramos começar a retomar, em Juiz de Fora, este caráter de luta que marcou originalmente a data.

Gabriel Lacerda



O caminho da luta

A luta liderada pelas mulheres contra o PL 1904, de autoria do deputado de extrema direita Sóstenes Cavalcanti (PL-RJ), levou às ruas milhares de pessoas em menos de uma semana, obrigando o presidente da Câmara, Arthur Lira, a recuar.

Depois de semanas impondo sucessivas derrotas ao governo no Congresso, pautando projetos de interesse da extrema direita e do capital financeiro, foi a primeira pausa forçada do imperador Lira, obtida graças a mobilização popular.

A iniciativa da base bolsonarista, - abençoada pela bancada evangélica e também pela CNBB - não encontrou resistência do líder do governo no Congresso, José Guimarães (PT CE), que depois da aprovação relâmpago conduzida por Lira declarou: "isto não é assunto do governo, é assunto para o Congresso".

Houve até certa convivência da bancada do PT na Câmara para votar o regime de urgência, mesmo se no apagar das luzes, o líder da bancada Odair Cunha balbuciou que o PT era contra.

Com exceção honrosa à ministra das Mulheres e ao ministro dos Direitos Humanos, a maioria dos petistas no governo, incluindo o presidente Lula, levou quase 48 horas para se pronunciar contra o bárbaro projeto. Nessa altura, o bafo quente da mobilização já se fazia sentir. Os ventos estavam mudando.

É claro que o coro do PT e do governo contra o PL foram uma ajuda para embalar a mobilização que já estava em curso.

E essa questão é chave. Do mato das negociações no Congresso Nacional mais reacionário da

história não sairá cachorro.

O próprio Lula, que insiste no "toma lá, dá cá" no Congresso (mais toma lá, que dá cá), quando questionado sobre as sucessivas derrotas e a possibilidade de ter subestimado o papel dos congressistas, em entrevista recente à CBN, reconheceu que "não tínhamos experiência com a extrema direita ativista como temos hoje, pouco pragmática na política (!), muito pragmática nas mentiras".

Ou seja, já não funciona mais - se é que

DO MATO DAS NEGOCIATAS NO CONGRESSO, NÃO SAIRÁ CACHORRO

"funcionou" algum dia - a política de distribuição de cargos e emendas, como demonstram as derrotas no Congresso e como, por razão oposta, demonstra a vitória, mesmo que parcial, em relação ao PL 1904.

Cada concessão do governo, feita no quadro dessas podres instituições, aos inimigos do povo, leva ao choque com a base social que o elegeu. E é justamente quando os representantes do povo se chocam com sua base social, ou se acovardam, que a extrema direita avança.

É um fenômeno mundial, como se constata nas recentes eleições do parlamento europeu. Muito se fala no avanço da extrema direita, mas o fato é que ela avança na medida que os representantes tradicionais da classe trabalhadora se acovardam, se unem à classe inimiga, assumem para si a aplicação das políticas do capital financeiro. Mas das eleições europeias também vem outra lição: os representantes da classe trabalhadora que se dispõem a combater por uma política de ruptura com os interesses imperialistas e se ligam a resistência dos povos mostram que há um caminho para barrar a barbárie capitalista.

No Brasil, isso significa prosseguir o caminho da luta. É o caminho aberto pelos estudantes, já no novo governo, com manifestações exigindo a revogação do Novo Ensino Médio. É o caminho dos atos de 1º de abril, quando ecoou a exigência de punição aos generais, é o caminho da Marcha a Brasília do dia 22 de maio, quando os trabalhadores exigiram a revogação das reformas anti-povo aprovadas nos governos golpistas.

Finalmente, é o caminho da luta liderada pelas mulheres, contra o PL 1904. Como disse uma manifestante durante um ato "a mulherada foi para a rua e no mínimo está obrigando o Congresso a recuar e isso nos dá uma lição, nós temos que continuar na rua, não só por essa, mas por todas as medidas reacionárias que esse Congresso quer passar em cima de nós".

De fato, com esse Congresso não dá! Será necessário prosseguir a luta para ajudar o povo a passar por cima das reacionárias instituições desse país.

A Verdade

Nova A Verdade chega em julho

A revista "A Verdade" em novo formato e proposta chegará nas mãos dos leitores na primeira quinzena de julho. Por decisão do 10º Congresso da 4ª Internacional, ocorrido em dezembro passado, "A Verdade", até o último número a "revista teórica da 4ª Internacional", torna-se uma revista de atualidade política e tribuna de discussão internacional. A mudança é uma das conclusões do debate no Congresso, que analisou a situação aberta em âmbito mundial. Novas forças libertam-se da tutela de velhas organizações, e isso exige dos revolucionários uma disposição para a discussão e a ação conjunta com os que adotam a via de ruptura com o imperialismo. Essa nova fórmula da revista "A Verdade" pretende contribuir plenamente para isso. Será uma revista de debate visando ajudar a ação política. Esse próximo número terá como destaque o impacto mundial do genocídio em curso na Faixa de Gaza, e o apoio internacional à resistência do povo palestino. Reserve o seu exemplar com os militantes da corrente "O Trabalho"



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Em todo o mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Diagramação: Paulo Henrique - MTb.: 0001939/AL

ACOMPANHE O TRABALHO: [/jornalotrabalho](https://jornalotrabalho.org.br) <https://otrabalho.org.br>

Memória

UMA ÚNICA SAÍDA CONTRA AS PRESSÕES IMPERIALISTAS

O vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em sua recente visita ao Brasil, depois de elogiar o envolvimento do Brasil em "missões de paz", falou como quem manda, indo direto ao ponto: "Buscamos que vocês reconheçam a diferença entre interferência indevida nos assuntos de outros países e o aprofundamento da democracia e dos direitos humanos quando eles estão sob ataque", afirmou, dizendo que o Brasil poderia desempenhar papel importante em transições no mundo árabe". (OESP, 30/05).

Para os EUA não há interferência indevida quando seus interesses estão em jogo. Todas as ações armadas, como no norte da África, ou as ingerências, como nas recentes eleições venezuelanas, são feitas em nome da democracia.

O Trabalho nº 731 - 06/06/2013



ASSINE O TRABALHO

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e faça sua assinatura



“Nesta conjuntura, seguir lutando”

Marize Carvalho, pré candidata a vereadora em Salvador, fala sobre suas principais bandeiras

Entrevistamos a professora Marize Carvalho, pré candidata a vereadora pelo PT em Salvador, Bahia. Marize atualmente é docente na UFBA, dirigente licenciada da CUT Bahia e membro da Executiva do PT em Salvador.

Porque é pré-candidata a vereadora?

Ninguém é candidata de si mesma, a luta que trago são de vários anos e de vários coletivos (sindicais, educação, mulheres, movimentos sociais e populares) da cidade e do campo. Desde o combate ao golpe, passando pelo governo do inominável na luta contra as reformas trabalhista, previdenciária e outros direitos fomos chamadas ao desafio para colocar nosso nome para deputada federal em 2022. Cargo as marcas da luta organizada pela educação pública como, por exemplo, agora na greve dos docentes, quando cobramos de Lula reajuste salarial, recomposição do orçamento da Universidade e outras pautas. Venho da luta das mulheres contra a violência e por mais creches na cidade, da luta do povo negro contra o racismo e por igualdade. Esse combate nas ruas, nos coloca a responsabilidade de dar um

novo passo na perspectiva de organizar o combate pelos direitos também neste momento no parlamento municipal.

Quais as suas principais propostas?

Salvador tem uma profunda desigualdade social e uma acentuada degradação urbana-ambiental. Infelizmente, o PT não terá uma pré-candidatura à prefeitura, contrariando os anseios da base. No entanto, seguiremos numa campanha com reivindicações e propostas concretas. Queremos contribuir na organização da luta por mais empregos, que podem ampliar com obras estruturantes como construção e manutenção de encostas. É necessária uma solução para o transporte rodoviário em colapso por conta do atual prefeito Bruno Reis (UB) que só favorece os empresários. É preciso garantir os direitos dos trabalhadores, integrando os modais do metrô e VLT, instituindo o passe livre estudantil e aprofundando o debate sobre uma empresa municipal pública de transporte. Nesta difícil conjuntura, é necessário seguir lutando, inclusive exigindo medidas concretas e mais recursos aos governos Jerônimo e do



↳ Marize Carvalho, pré-candidata

presidente Lula que permitam ampliar os serviços públicos em Salvador, porque privatizar faz muito mal ao povo.

A cidade tem que ter programas municipais de proteção às mulheres

contra a violência e por condições de se libertarem da opressão com salário digno. Agora, estamos na luta contra esse Projeto de Lei do estupro. Os servidores precisam ser bem tratados com negociações permanentes e concursos. As professoras exigem condições de trabalho e pagamento do piso. Os jovens negros querem educação, emprego, esporte e cultura, não as balas, sobretudo da polícia que os mata cotidianamente. Nosso povo quer moradia numa cidade que tem mais de 250 mil imóveis desocupados, é preciso garantir um maior IPTU para os mais ricos e mais isenções para os mais pobres.

Como estão as atividades da pré-campanha?

Estamos realizando reuniões regulares com apoiadores das mais diversas origens e locais da cidade. Sairemos às ruas no dia 2 de julho onde comemoramos a Independência da Bahia e estamos no processo de mobilização para o lançamento da pré-candidatura que se realizará no dia 13 de julho. Estamos confiantes e animadas para uma excelente campanha.



↳ Lançamento do Professor Bruno

No dia 14 de junho, o Professor Bruno lançou sua pré-candidatura em evento com presença de muitos apoiadores, lideranças do movimento sindical e popular. A mesa foi composta

Professor Bruno lança pré-candidatura a vereador de Florianópolis

por dois pré-candidatos a prefeito do PT. De Florianópolis, o companheiro Lela, e de São José (cidade vizinha), Antônio Battisti. Também compunha a mesa Renê Munaro, dirigente da CUT nacional e presidente do Sintrasm, Sindicato dos trabalhadores municipais da cidade.

Bruno Ziliotto é professor da rede municipal da capital catarinense e se destacou na participação e organização de muitas lutas da cidade, tendo sido

dirigente da CUT-SC e do Sintrasm. Neste último, travou duras batalhas contra o desmonte do serviço público e trabalhou pela unidade de ação do sindicato com os movimentos populares da cidade.

Sua pré-candidatura já foi lançada marcando posição em relação à conjuntura ao ressaltar a necessidade urgente de se exigir o rompimento de relações com o estado sionista de Israel.

Bruno também falou da importância da vitória eleitoral de Lula há um ano e meio, mas ressaltou que é preciso avançar de vez naquilo que defendemos,

lutando pela revogação das legislações antipovo dos governos anteriores. Mas acreditando na força do povo organizado:

"Não serão as atuais instituições nem esse congresso o fiel da balança nesse processo e sim o povo organizado em luta, na rua. O chamado precisa ser feito, o povo precisa identificar-se com o governo que elegeu por suas pautas e saberá também quem são seus obstáculos. O pleito para as eleições municipais também terá a capacidade de alavancar essa luta, com a eleição de bancadas que sejam dispostas a organizar

suas bases e enfrentar os retrocessos"

A pré-candidatura de Professor Bruno se colocou como "ponto de apoio na defesa de um serviço público de qualidade e da garantia dos direitos e vida digna para a maioria oprimida de Florianópolis" e destacou a necessidade de frear a sanha privatista e terceirizadora da atual gestão. Não há dúvidas também sobre a necessidade de reforçar o papel fiscalizador da câmara de uma das piores capitais em transparência, mergulhada em recentes escândalos de corrupção.



↳ Lançamento de Erika Suruagy

No dia 15 de junho, foi realizado o lançamento da pré-candidatura de Erika Suruagy, pelo Partido dos Trabalhadores, na capital de Pernambuco, Recife. A companheira Erika é professora da Universidade

Feijoada solidária lança pré-candidatura de Erika Suruagy em Recife

Federal Rural de Pernambuco, dirigente licenciada da Aduferpe, mãe de Heloísa, militante da Corrente O Trabalho e do DAP.

O evento contou com a presença de dirigentes sindicais e políticos, parlamentares, militantes da UFRPE, amigos e familiares. Mesmo quem não conseguiu estar presente enviou mensagens de apoio e solidariedade como a senadora Teresa Leitão, a reitora da UFRPE Maria José e o dirigente Fernando Ferro.

O deputado estadual João Paulo, ex-prefeito de Recife pelo PT, prestigiou o lançamento: "Estamos vivendo numa conjuntura difícil para governar o país, com recursos para saúde e educação apropriados pela Câmara e o Senado, através de emendas parlamentares, precisamos ter mais coragem e apresentar candidaturas que vão para o enfrentamento", afirmou João Paulo.

Jaqueline Dornelas, Coordenadora do Simpere, na sua fala, ressaltou a importância da candidatura de Erika na construção de uma educação pública, laica e gratuita para o povo do Recife.

Humberto Miranda, da UFRPE, ressaltou que em Recife há mais de 2 mil pessoas em situação de rua, sendo que mais de cem são crianças e adolescentes. "Nós precisamos de uma Erika Suruagy na Câmara, para lutar por essa população de rua!", destacou.

Além dos já citados, também estavam presentes militantes da corrente Avante, como Pompéia Lins, José Ailton e Antônio Ferreira, e da Secretaria da Mulheres do PT as companheiras Sheila Samico, Técia Lemos e Katia Saraiva.

Ao final, Erika agradeceu a todos que contribuíram para

o sucesso da atividade e reafirmou sua "candidatura como uma construção coletiva e o nosso compromisso com a luta da classe trabalhadora, não vamos descansar enquanto cada trabalhador não tiver um teto para morar, comida na mesa, educação de qualidade e creches para as crianças. Enquanto tivermos uma cidade feito Recife, que vai da beleza ao caos, com desigualdades enormes, não podemos sossegar". Finalizou fazendo o chamado para o ato em Recife contra o PL 1904, que visa tornar crime o aborto cometido por vítimas de estupro.



DAP NA LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA RODOVIA RAPOSO TAVARES



↳ Protesto na Rodovia Raposo Tavares

na região da Zona Oeste da grande São Paulo. Participaram do ato representantes de mais de 56 entidades.

Pedágios que vão assaltar bolso do trabalhador

O projeto Nova Raposo, é uma proposta feita pela CCR-Via Oeste, um consórcio de investidores sob o nome

Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR com diversos CNPJ que atuam na exploração de modais de transporte privatizados para assumir a concessão do lote urbano da rodovia.

Entre os proprietários da CCR estão o banco Itaú, a Votorantim e outros fundos de investimento. O projeto desenvolvido pela CCR para o governo

Tarcísio de Freitas (Republicanos) prevê a implantação de diversos pedágios entre São Paulo e Vargem Grande Paulista.

Só no perímetro urbano do Butantã, em São Paulo, serão 6 pedágios. Segundo cálculos de moradores de Vargem Grande Paulista, cidade da região metropolitana e que trabalham em São Paulo, o gasto com pedágio deve ultrapassar os R\$750,00 mensais, para ir e vir trabalhar

Desapropriações e destruição ambiental

O projeto prevê destruir quase 2000 lotes nas margens da Raposo, atingindo milhares de residências em comunidades, casas e condomínios. Escolas, comércios e empresas também vão ser atingidos pelas desapropriações.

Apenas na Comunidade Cidade Nova Piemonteses, localizada no Km 17, 998 famílias e mais de 2.500 pessoas vão ser desapropriadas de suas moradias e comércios.

Toda área verde do entorno, que integra o corredor ecológico da zona oeste, será destruída, área que é uma das mais preservadas de toda a cidade. Ao menos dois parques públicos vão ser atingidos pelo projeto.

Povo quer Metrô e Busão! Nova Raposo, não!

Companheiros do DAP participaram ativamente da manifestação junto com delegações dos metalúrgicos, jornalistas, professores, servidores municipais e movimento de moradia do João XXIII. A luta vai continuar.

Alexandre Linares

No domingo, 10 de junho, movimentos populares, associações de moradores, sindicatos, liderança e parlamentares do PT, PSOL, PSB, PCdoB, PCB de São Paulo, Cotia, Vargem Grande Paulista, Embu, Osasco e Carapicuíba reuniram mais de 300 pessoas para protestar contra o projeto de privatização da rodovia Raposo Tavares,

DAP DOCENTES RETOMA OS TRABALHOS

No dia 8 de junho, o Diálogo e Ação Petista dos docentes do ensino superior (DAP Docentes) retomou os trabalhos. Na esteira da greve da categoria, participaram desta reunião 42 docentes vindos de 15 instituições: IF Sudeste-MG, IFAM e IFMT; UFERPE, UFSCAR, UNIFESP, UFPB, UFRN, UFSM, UFRB, UFBA, UFAL, UFSC e UFPB; e as estaduais UECE e UNEB.

A atividade discutiu a situação, a relação do governo federal com o movimento grevista, o lugar do PT e da tarefa da militância petista. A forte greve nacional da educação federal é paralela a greves e mobilizações em algumas universidades estaduais, como no Ceará e na Bahia.

A professora Nicole Ponte e o professor Alberto Handfas, respectivamente presidentes da ADUFERP e da ADUNIFES, relataram o estado da luta, das negociações e das últimas assembleias. Seguiu-se um informe da conjuntura política nacional de Markus Sokol, membro da Executiva Nacional (CEN) do PT pelo DAP. Sokol incluiu o desdobramento da reunião solicitada para que a CEN intercedesse, com a participação de uma delegação de grevistas petistas, 4 deles ali presentes.

A reunião seguiu com um rico intercâmbio das experiências na luta e a discussão dos presentes sobre uma série questões tais como:

★ As contradições que atravessam o

partido diante da greve, onde por baixo há grande simpatia e mesmo por cima, onde há tendência de dirigentes e parlamentares de sustentar a posição do governo de reajuste zero em 2024, há vários outros membros da bancada federal e dirigentes que se posicionam a favor do movimento e pela continuidade das negociações que o governo pretende fechar abruptamente;

★ O papel deletério da federação Proifes, filiada à CUT e concorrente muito minoritária do sindicato nacional Andes (que vem de sair da Conlutas) e, é a base do Comando Nacional de Greve. Malgrado as vitórias da greve

pela contraproposta do CNG contra a proposta do governo em suas próximas assembleias, o Proifes assinou um acordo de divisão. Assembleias de Associações Docentes filiadas, por exemplo, na UFSC e UFBA, já pautaram a desfiliação desta federação;

★ A necessidade de manter a luta, pressionar os deputados e, através deles, o governo, numa orientação de unidade do movimento em luta.

Os participantes pautaram algumas iniciativas, a proposta de associar um docente no Comitê Nacional do DAP e novas reuniões.

MILTON ALVES: UM CANDIDATO PARA MOSTRAR A CARA DO PT EM CURITIBA

80 militantes de diversas origens participaram no dia 06 de junho do lançamento da Pré – Candidatura a Vereador do jornalista Milton Alves, em Curitiba. O Diálogo e Ação Petista – DAP, está na sua campanha. O ato no bar Nina, no centro da cidade, foi um evento político e cultural que mostrou a importância que a candidatura de Milton pode ter para o PT.

Abrindo o ato, Roberto Salomão, do DAP, disse que “Milton tem sido a cara do movimento pela candidatura própria do PT em Curitiba”. Referia-se à luta para combater o apoio do partido à candidatura a prefeito do deputado golpista Luciano Ducci (PSB), imposta pela Executiva Nacional do PT. Salomão mencionou as duas bandeiras fixadas na mesa, a do PT e a da Palestina: “Elas marcam

a cara dessa campanha, a defesa do PT, seu projeto histórico, e a solidariedade internacional dos povos oprimidos”. Um membro do Comitê em defesa da Palestina condenou o genocídio em Gaza e defendeu o rompimento das relações diplomáticas com Israel.

Milton Alves afirmou que sua campanha vai defender propostas conforme ao interesse e necessidades mais sentidas da população: “São propostas que Ducci nunca vai defender”. Por sinal, naquela mesma semana o deputado votou a favor do projeto bolsonarista de privatização das praias!

Milton mostrou sua plataforma para orientar a campanha. Entre os pontos, o despejo zero, a tarifa zero progressiva no transporte público, a desmilitarização da Guarda Municipal e um alerta sobre

possíveis tragédias ambientais em Curitiba. “Nossa campanha vai para as ruas falar com o povo, evidenciar os problemas, cobrar soluções”.

Markus Sokol, da corrente O Trabalho, e membro da Executiva Nacional do PT pelo DAP, também esteve presente. Ele citou a resistência do povo palestino e a vitória avassaladora da esquerda nas eleições Mexicanas: “Esses fatos desmentem a tese de que o mundo caminha inexoravelmente sem resistência para a direita”. Elogiou a bandeira de Milton pela desmilitarização das Guardas. Na sua opinião, é uma expressão localizada da tutela militar vigente no Brasil desde a Proclamação da República e



↳ Markus Sokol e Milton Alves, durante lançamento

que facilitou a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

Participaram do ato, entre outros, o ex-governador Roberto Requião, hoje no PMN, a pré – Candidata do Psol à prefeitura, Andrea Caldas, Lairson Sena, presidente do sindicato dos frentistas de Curitiba e Região metropolitana e Litoral.

Lula na OIT: a busca do equilíbrio impossível

Presidente ataca política de guerra, mas defende Biden como aliado



↳ Lula durante discurso na Organização Internacional do Trabalho

Em 13 de junho o presidente Lula foi recebido com tapete vermelho na 112ª conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, na Suíça. Diante da paralisação e crise da ONU em face às guerras e crise global, seu discurso era aguardado com grande expectativa.

A OIT, criada em 1919 após a Primeira Guerra Mundial (1914-18) e a Revolução Russa (1917), está hoje integrada ao sistema ONU e é o único fórum multilateral em que as organizações sindicais dos trabalhadores tem assento e direito

a voto, dada a sua estrutura tripartite que inclui governos e entidades patronais.

Na atual conferência, por exemplo, a bancada dos trabalhadores do Brasil, através da CUT, apresentou uma queixa contra o governo de Ratinho Júnior do Paraná por ação antissindical contra a APP (sindicato dos professores da rede pública) e sua presidente Walkiria Olegário Macedo, que teve até um pedido de prisão emitido contra si.

Em seu discurso, assumindo a copresidência da Coalização Global para a Justiça Social, uma iniciativa da própria

OIT, Lula condenou a política de guerra: "O ano de 2023 viu o gasto com armamentos subir 7% em relação a 2022, chegando a 2,4 trilhões de dólares. A irracionalidade de um conflito na Europa reacende os temores de uma catástrofe nuclear.

Em Gaza, há mais de 37 mil vítimas fatais. A maioria são mulheres e crianças. (...) Por isso é importante afirmar: o mundo precisa de paz e prosperidade, e não de guerra".

O presidente do Brasil tocou também nas questões climática, de distribuição de renda propondo a taxação dos super-ricos, dos direitos da mulher, defendeu a democracia contra "o extremismo político" e o papel do Estado na economia: "A mão invisível do mercado só agrava desigualdades", disse Lula.

Como avançar sem ruptura com o imperialismo?

Lula, que vem ocupando um lugar importante no cenário mundial, com o Brasil presidindo o G20 e sediando a próxima COPE 30 (conferência do clima) em Belém, fez um discurso com uma série de posições que são vistas com simpatia por povos de todo o mundo, como sua proposta de Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

O problema é como implementar tais ideias numa situação de crise econômica mundial com guerras impulsionadas

pelo governo imperialista de Joe Biden dos EUA, que entrega bilhões e bilhões de dólares para a Ucrânia e Israel, que pressiona os seus aliados europeus da OTAN a entrarem diretamente na guerra contra a Rússia?

Diante disso, Lula em seu discurso na OIT repetiu o mantra não tão novo de uma "nova globalização com face humana", como se a globalização fosse um fenômeno da natureza e não a concretização da política do imperialismo em crise. E ainda, para "pavimentar o caminho para um novo contrato social", Lula aponta em seu discurso Biden como "grande aliado na construção de um novo marco para a relação entre capital e trabalho", mencionando a Parceria para o Direito dos Trabalhadores que os dois presidentes lançaram na ONU em 2023.

Algo não se encaixa nessa equação: como é possível que o mesmo Biden que promove a guerra seja um "grande aliado" na defesa dos direitos dos trabalhadores?

Por parte de Lula, trata-se da busca de um impossível equilíbrio no cenário internacional. Mas toda a experiência histórica demonstra que sem ruptura com o imperialismo e sua política no plano mundial não haverá avanços, mas sim retrocessos, inclusive na política interna.

Julio Turra

Manutenção do arcabouço fiscal ameaça recursos da Saúde e Educação

Previdência também é ameaçada por propostas sobre a mesa de Lula

O que era inicialmente uma campanha de editoriais e comentários de analistas selecionados a dedo pelo mercado em campanha por medidas de ajuste fiscal do governo federal rapidamente se transformou num cardápio de cortes que Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) apresentaram a Lula. Segundo o Estadão, Haddad já havia apresentado esta proposta antes a "investidores".

Entre as medidas, a desvinculação dos benefícios da Previdência Social do salário mínimo e também a desvinculação das verbas constitucionais, 15% e 18% da Receita Corrente Líquida (RCL), para Saúde e Educação, respectivamente. Campos Neto, presidente do Banco Central indicado por Bolsonaro, fez coro.

O "aliado" MDB, partido de Tebet, publicou nota "em favor da economia liberal" e lembrou que defendeu a aprovação da PEC da Reforma Tributária e que em 2019, a sigla apoiou a Reforma da Previdência e, em 2017, a Reforma Trabalhista. Útil lembrança de sua participação na liquidação de direitos dos trabalhadores, esquecendo-se apenas do golpe que promoveu em 2016, pouco

antes de investir contra a aposentadoria e direitos trabalhistas.

Ainda Tebet, em entrevista ao Globo, destacou que "o foco do presidente (Lula) sempre foi o social. E ele deixa para equipe econômica dizer que, para ter social, tem que ter equilíbrio fiscal. Então é da essência do presidente Lula. (...) Mas, ao mesmo tempo, nos bastidores, ele não interdita o debate".

Para a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, são "ideias muito ruins, que contrariam o programa de governo eleito em 2022". Conforme a deputada, medidas como a desvinculação entre a aposentadoria e o salário mínimo, "se adotadas, iriam prejudicar diretamente milhões de aposentados e alunos de escolas públicas, a população que precisa ser protegida pela ação do Estado, ações estas garantidas na nossa Constituição. É no mínimo preocupante que sejam defendidas pela ministra Simone Tebet."

A Executiva Nacional do PT, sem questionar a política de déficit zero, motor das propostas apresentadas por Tebet e Haddad, reafirmou em nota "seu compromisso com a manutenção dos pisos constitucionais da Saúde e da Educação,

da política de aumento real do salário-mínimo e sua vinculação às aposentadorias e benefícios da Previdência e Assistência Social. São conquistas históricas da classe trabalhadora e da sociedade brasileira, perante as quais não cabem retrocessos". A CUT, por sua vez, até agora não se pronunciou.

Lula, em entrevista à CBN, afirmou que "as mesmas pessoas que falam que temos que parar de gastar têm R\$ 576 bi de desoneração, de isenção fiscal (...), são os ricos que se apoderam de uma parte do orçamento do país e eles se queixam daquilo que está se gastando com o povo pobre (...). Não me venham querer que se faça qualquer ajuste em cima das pessoas mais humildes desse país."

Fato é que a raiz da pressão por cortes está na chantagem do mercado, mas também nas regras do arcabouço fiscal e a política de déficit zero do próprio governo. De acordo com as regras do arcabouço, o crescimento de gastos



↳ Fernando Haddad, ministro da Fazenda e Simone Tebet, ministra do Planejamento

tem um teto de crescimento real de até 2,5% e a vinculação constitucional da Saúde e da Educação, assim como da Previdência ao salário mínimo, que crescendo acima da inflação, pressiona todas as outras contas públicas. Daí, para manter o pagamento dos juros da dívida pública, o "mercado" e ministros do governo, que debatem publicamente sem a "interdição de Lula" ameaçam colocar perigosamente o governo em rota de colisão com as expectativas que engajaram o povo na heroica vitória contra Bolsonaro em 2022.

Marcelo Carlini

Luta contra o PL 1904 ganha as ruas e impõe recuo a Lira

Com a vitória parcial, agora é necessário arquivar o projeto para enterrá-lo de vez

Em menos de 24 horas, mulheres de todo Brasil organizaram uma forte reação à votação da Câmara Federal que colocou sob regime de urgência o Projeto de Lei 1904, o qual criminaliza o aborto em caso de estupro a partir da 22ª semana igualando-o à pena por homicídio. O objetivo de Arthur Lira (PP-AL) e do autor do PL Sóstenes Cavalcanti (PL-RJ) era ligar o trator e aprovar a toque de caixa o projeto que havia sido apresentado menos de 30 dias antes.

Mas eles subestimaram a resposta de mulheres e homens que tomaram as ruas e as redes sociais. Imediatamente, atos começaram a ser organizados, em cidades como São Paulo (onde houve duas grandes manifestações em três dias), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Brasília. O repúdio ao projeto também foi declarado abertamente por dezenas de personalidades (artistas, intelectuais, jornalistas) e tomou os noticiários.

Ganhamos uma batalha

A pressão bateu pesado e Lira foi obrigado a dar o primeiro passo atrás da sua atual legislatura, e anunciar que o PL saiu da pauta até o segundo semestre. O que é uma vitória parcial e uma lição sobre como enfrentar o pântano do Congresso Nacional nesta e noutras questões. Em especial, para o governo Lula e a maioria da bancada do PT, que da mesma forma subestimaram a mobilização popular no assunto, até que a grita foi tão forte que os obrigou a entrar em cena.

O movimento está alerta a possibilidades de manobras, como a de negociar



↳ Manifestação contra o PL 1904 no dia 15/05, em São Paulo

ítens do projeto para atenuá-lo, tentar dar uma cara feminina ao relatório ou retomar a votação após o arrefecimento das manifestações. Reuniões e plenárias já debatem a continuidade das ações, enxergando a necessidade de não aceitar nada menos do que o arquivamento do Projeto de Lei, para que ele seja enterrado de vez.

Avançar o debate sobre o aborto

Frente à ampla revolta da maior parte da sociedade com a possibilidade de que crianças e mulheres sejam forçadas a gestar após sofrerem estupros, é fundamental refletir sobre a realidade do país na qual, nos fatos, a maioria das vítimas já é obrigada a isso.

Entre 2015 e 2020, das 9.000 meninas entre 10 e 14 anos que ficaram grávidas

em decorrência de estupro, só 362 tiveram seu direito à interrupção da gestação respeitado – ou seja, menos de 4% delas.

Em grande parte, isso se dá por uma completa indiferença do Estado. Apenas 1,8% dos municípios brasileiros têm o serviço de abortamento legal - o que empurra meninas e mulheres à necessidade de abortar tardiamente. E daí, apenas quatro cidades no país têm serviços capazes de realizar a assistolia fetal, o procedimento que permite o aborto seguro acima de 22 semanas de gestação. Por isso, um dos passos seguintes caso o PL 1904 seja derrotado pode ser o de reivindicar a ampliação da cobertura pela rede pública.

Mais do que isso, poucos foram os momentos no país em que tantas

pessoas estavam dispostas a debater o aborto como uma questão de saúde pública e dignidade humana, o que recoloca a questão da legalização do aborto.

Tratar como caso de polícia, já está mais do que provado, não resolve uma questão tão complexa. As mulheres seguem abortando. Uma em cada sete mulheres brasileiras, com idade próxima aos 40 anos, já fez pelo menos um aborto. São mulheres de todas as religiões. Muitas delas, inclusive, já tinham filhos antes ou tiveram depois.

Nenhuma mulher deseja abortar, mas toda mulher que aborta tem um motivo sério. O estupro é o mais bárbaro deles. É muito comum encontrar pessoas que só defendem o direito ao aborto em caso de estupro porque, neste caso, é uma coisa que foi imposta com violência sobre essas meninas e mulheres.

Mas existem várias outras situações que se impõem na vida delas, sobre as quais elas não têm controle, como a falta de acesso à educação sexual ou a métodos contraceptivos (nenhum deles infalível), a falta de autonomia frente a seus parceiros, a necessidade de abandonar os estudos ou trabalho por não ter ninguém com quem contar, a dureza da vida de tantas.

Cabe à sociedade garantir o atendimento de saúde a elas, ainda mais quando todos os anos meninas e mulheres morrem ou são presas (principalmente as negras e pobres) por tomarem uma decisão sobre seu próprio corpo quando essa decisão era a única que lhes era possível.

Priscilla Chandretti

Com esse congresso não dá!

Ofensiva bolsonarista via Lira na Câmara: o que pode detê-los?

Nos últimos 40 dias, o presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), promoveu nada menos que 13 movimentações a favor de temas defendidos pela base bolsonarista na casa. São ações que incluem aprovação de Projetos de Lei (PL) e urgências em plenário, derrubadas de vetos de Lula e adiamento de decisões que interessavam diretamente ao Governo. O imperadorzinho do legislativo já costura acordos vislumbrando a sua reeleição no início do ano que vem.

Entre as ações estão:

- ★ A elevação de R\$ 11 para R\$ 15,2 bilhões no valor das emendas parlamentares de comissões permanentes - o total das emendas passa a R\$ 52 bilhões!
- ★ Uma espécie de pacote do Agro, com derrubada de vetos contra

invasões de terra na Amazônia por latifundiários e destinação de recursos a esses, de outro, contra a flexibilização de agrotóxicos e a aprovação de PL que aumenta sanções contra ocupações por sem-terra (estendido para ocupações urbanas).

- ★ Adiamento para ano que vem da votação e elaboração de novo PL das Fake News – Grupo de Trabalho tem 14 dos 20 escolhidos contrários à criminalização!
- ★ Aprovação de urgência do PL que anula delações nas quais o maior beneficiário seria Bolsonaro.
- ★ Aprovação de urgência do chamado “PL do estuprador” (1904), que equipara aborto a homicídio, quando realizado após 22 semanas de gestação, mesmo para casos

de estupro.

E pode vir mais por aí. PEC (Projeto de Emenda Constitucional) que permite trabalho infantil e que não avançou no governo Bolsonaro, voltou a tramitar na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Ela prevê jornadas de 32h semanais a partir de 14 anos. Há, ainda outra PEC de Kim Kataguirí (União Brasil SP) que propõe reduzir a idade mínima para 13 anos!

É a boiada e a bala em cima do povo, enquanto os homens de preto em Brasília vão dando gargalhadas.

O que pode deter Lira e esse Congresso?

O “PL do estuprador” por hora está freado. Foi barrado nas ruas. Por mulheres e homens, de todas as idades, que se levantaram em todo país. É um recado importante a ser ouvido.

Nas manifestações não foram poucos os cartazes de “Fora Lira”. É justo, ele concentra o que há de mais vil e podre na política brasileira. Mas o problema reside, antes de tudo, nas podres instituições deste país, das quais Lira, Bolsonaro e tantos outros são produto. É urgente reformá-las, afinal não há outra saída. E por qual via senão por meio de uma Assembleia Constituinte soberana? Do contrário somente mais ratos sairão do porão.

Chega de perder os anéis e os dedos. A força que pode deter Lira e seus comparas está nessas mesmas ruas, na mobilização. Foi ela que, extraordinariamente, elegeu Lula contra tudo e contra todos. É preciso reatar com essa força e não há ninguém melhor para fazê-lo que o próprio presidente.

Tiago Maciel

Nicole Pontes, do Comando Nacional, fala sobre a greve docente

Presidente da Associação dos Docentes da Federal Rural de Pernambuco destaca conquistas do movimento



↳ Presidenta da Aduferpe, Nicole, de punho erguido

O Comando Nacional de Greve da educação federal, formado pelas representações dos comandos de greves locais do Andes-SN, Sinasefe e Fasubra, orientou o fim do movimento paredista.

A greve iniciou-se em 15 de abril e as entidades nacionais lutaram pela abertura de verdadeiras negociações. A força do movimento arrancou melhorias na proposta do governo e conquistas parciais das reivindicações econômicas - com índice de reajuste salarial de 12,8% previstos para 2025 e 2026, auxílio saúde, alimentação - e outros itens da pauta, como a recomposição parcial do orçamento das instituições federais.

Enfrentou a intransigência do governo e a manobra divisionista do Proifes. Caminhando para um fim, não parece haver dúvidas, o balanço é positivo.

Entrevistamos a professora Nicole Pontes, presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Aduferpe, seção do Andes-Sindicato Nacional. Nicole também foi membro do Comando Nacional de Greve.

Como você avalia a greve? Quais as principais conquistas?

Tivemos conquistas, a principal delas foi na pauta não orçamentária.

Na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conseguimos efetivar a revogação da Portaria 983. Cai por terra o ponto eletrônico dos colegas desta carreira. Tivemos também ganhos remuneratórios. Houve uma mudança da proposta depois do início da greve, em que avançamos para um reajuste de 9% em janeiro de 2025 e 3,5% para abril de 2026, além de aumento, já em 2024, nos auxílios-alimentação, creche e saúde.

Como ficam os aposentados?

Com relação aos aposentados, infelizmente eles têm essa perda em 2024. Não recebem os benefícios que foram oferecidos de alimentação, auxílio-creche e auxílio-saúde, mas estarão incluídos a partir de janeiro de 2025. Fora isso, houve um aditivo que incluiu a criação de um grupo de trabalho para efetivar um estudo junto ao governo com uma possibilidade de organização do processo de reenquadramento dos aposentados à carreira e ao topo da carreira docente, como o processo que aconteceu em 2004. Vários colegas docentes ficaram estagnados no nível máximo da carreira naquele momento.

Qual sua avaliação diante do reajuste zero em 2024?

Não termos conseguido sair do reajuste zero em 2024, acho que é o ponto

mais difícil de lidar dentro desse processo de construção da greve. Houve um esforço imenso da categoria. Inclusive arrancando mesas de negociação para tentar conseguir chegar a um percentual que fosse minimamente plausível para a categoria. Mas o governo foi intransigente e declarou a impossibilidade de que isso acontecesse. É extremamente injusto que estejamos sendo barrados pelo Arcabouço Fiscal (nova regra fiscal do governo Lula). Estamos sendo barrados no direito ao reajuste neste ano. O governo poderia ter agido de maneira diferente. Mas conseguimos algumas outras conquistas. Não ganhamos tudo que estava na pauta, mas a gente tem um conjunto de conquistas em termos gerais.

Como fica a relação do movimento docente com o ministro Camilo Santana e o presidente Lula?

Há um certo sentimento de decepção daqueles que tinham uma crença fervorosa nesse governo, ou daqueles que achavam que o governo efetivamente traria mudanças.

De fato, a categoria não está feliz e não está satisfeita nem com o ministro Camilo Santana, nem com o presidente Lula. Não está. Mas existe uma preocupação de não ser cooptado pelo discurso da extrema direita de construção de uma greve ou de um

movimento, uma mobilização dos docentes federais, como oposição ao governo ou como instrumento para derrubar o governo. Essa não era a proposta da greve.

Como assegurar que a categoria tenha força para acompanhar a implantação das conquistas?

Durante todo o processo de greve, a gente fez um esforço de construir as pautas nacionais unificadas. Também levantamos pautas específicas das instituições, representadas pelas seções sindicais, justamente para, nesse processo de construção da greve, efetivar um processo mais aprofundado de mobilização, retornar os elementos de mobilização que eram necessários e que vinham sendo perdidos, desde a pandemia principalmente, mas que foram muito desmobilizados durante os governos Temer e Bolsonaro.

Esse momento foi importante para reorganizar esse sentido da mobilização local, nos espaços de trabalho, para discutir as condições de trabalho. O ponto do orçamento das universidades também é um ponto fundamental que consegue efetivar e ajudar nesse processo de mobilização. A tendência é, mesmo com o término da greve, que a gente continue mobilizado a partir das nossas necessidades reais nas instituições.

Greve em Florianópolis: governo recua e garante acordo coletivo

Em jogo estavam conquistas de greve anterior que o prefeito descumpriu

No último dia 12 de junho, os trabalhadores municipais de Florianópolis entraram em greve devido ao descumprimento do acordo coletivo firmado durante da greve de março. O prefeito Topázio Neto (PSD) não pagou a inflação que deveria ter sido recomposta aos salários dos servidores, tampouco chamou os concursados ou cumpriu as demais cláusulas acordadas.

A prefeitura recompôs somente o vale-alimentação da categoria pela inflação. O prefeito Topázio apostou na desmobilização da categoria, porém estava equivocado.

A direção do Sintrase, que

representa os trabalhadores municipais da capital catarinense, fez uma verdadeira força-tarefa e dialogou com toda a categoria, seja educação, saúde, assistência e infraestrutura. E a indignação foi coletiva.

Após a forte arrancada dos trabalhadores na greve, a prefeitura recuou e enviou a proposta de cumprimento do acordo.

Nesse sentido, os trabalhadores irão receber a inflação no próximo contracheque com o retroativo a maio. A prefeitura também se comprometeu a chamar o sindicato para debater a convocação dos concursados bem como o abono do dia parado.

Os trabalhadores de Florianópolis mostram mais uma vez que a luta vale a pena e seguirão mobilizados, pois

ainda há cláusulas acordadas que precisam ser cumpridas.

Amanda Vingla



CHAPA ÚNICA NO SINTRASEM

No dia 21 de junho se encerraram as inscrições para as eleições do Sintrase, que vão definir a gestão do sindicato para o triênio 2024-2027. A eleição, que ocorrerá em agosto, terá chapa única: "Unidos seguimos na luta" foi a única chapa a se inscrever para o pleito e é composta pelos atuais da diretoria, com algumas renovações.

Depois das tentativas de criminalização do prefeito contra a atual diretoria do sindicato, a chapa única demonstra a confiança da categoria no sindicato.

Para Roberta Zimmer, candidata a presidente do Sintrase, "a luta em defesa dos serviços públicos e contra as terceirizações, estarão no centro das mobilizações e das lutas do sindicato no próximo período".

“A luta pela ‘Revogação Já’ continua”

Sindicalistas apresentam balanço da Marcha do dia 22 de maio para ampla discussão



↳ Base de todas as centrais querem a revogação das Reformas de Temer e Bolsonaro

Sindicalistas de todo o Brasil estão assinando um balanço público da Marcha a Brasília do dia 22 de maio. Eles propõem manter a luta pela “Revogação já”, realizando reuniões nas bases para discutir os resultados da Marcha e mantendo um diálogo “em vistas de uma reunião nacional” para discutir a continuidade. Confira o balanço na íntegra:

“Mais de 20 mil trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil realizaram, em 22 de maio, a Marcha proposta pelo último Congresso nacional da CUT pela revogação das Reformas Trabalhista, Previdenciária e da Lei da Terceirização Ilimitada.

Foi uma verdadeira vitória de todos os sindicatos da base, não só da CUT, inclusive de outras Centrais Sindicais, Confederações e Federações, que se mobilizaram para superar os inúmeros obstáculos colocados diante de si: desde as tentativas de cancelamento da

Marcha, em particular depois do fiasco que foram os atos do 1º de Maio sem reivindicações concretas, até a manobra de última hora que foi fazer um ato do Fórum das Centrais, com ministros apenas, para anunciar a atualização da “agenda da classe trabalhadora”, da qual foi excluída a exigência de revogação das reformas de Temer e Bolsonaro. Em seus discursos os ministros não assumiram compromissos concretos e tampouco foi entregue a Lula a “agenda atualizada”.

Mas, nada disso impediu que a Marcha saísse e em todo o seu trajeto, nas faixas dos sindicatos e nas falas de diversos oradores, apareceram as reivindicações de revogação das contrarreformas, pois elas impactam diretamente na vida da classe trabalhadora. A marcha demonstrou a enorme vontade de luta que existe nas bases sindicais e a necessidade de cobrar do governo Lula a recuperação dos direitos que nos foram roubados.

Os trabalhadores em greve das Universidades e Institutos Federais, que enfrentam a absurda proposta de zero reajuste, junto com a delegação do Rio Grande do Sul que levantou a exigência a Lula de uma MP que garanta a ultratividade dos acordos e convenções coletivas, tiveram presença marcante nesse dia de luta.

A Marcha demonstrou que o caminho a seguir é o da independência de classe apoiado em reivindicações concretas. Só assim será possível prosseguir o movimento de recuperar todos os nossos direitos. Infelizmente a política das cúpulas reunidas no Fórum das Centrais é a de buscar “consensos” em mesas tripartites com governo e patrões. Nenhum tipo de “acordo” com nossos inimigos de classe, os patrões e seus representantes, vai revogar as reformas Previdenciária, Trabalhista e a Lei das Terceirizações, só a nossa mobilização e pressão sobre parlamentares e, infelizmente, sobre o próprio governo.

Apesar da grande demonstração de vontade de luta que foi a Marcha da Classe Trabalhadora de 22 de maio, nada está resolvido, pois as reivindicações por ela levantadas seguem pendentes. Por isso propomos a todos e todas sindicalistas que se engajaram na realização exitosa da Marcha a realizar reuniões para discutir com suas bases o balanço da Marcha a Brasília de 22 de maio de 2024. Propomos também que nos mantenhamos unidos para prosseguir na luta pela “Revogação Já das Reformas Trabalhista, Previdenciária e Lei das Terceirizações”.

É preciso manter um diálogo entre nós, em vista de uma reunião nacional para avançar em propostas de luta e em posições que possamos assumir conjuntamente nas nossas organizações

e diante do governo Lula.

Viva a luta da classe trabalhadora para revogar as Reformas Trabalhista, Previdenciária e a Lei de Terceirizações.

Sigamos juntos no caminho aberto pela Marcha de 22 de maio!”

PRIMEIRAS ASSINATURAS

Alda Lúcia Fernandes dos Santos - presidente do Sindmetro-MG e da Fenametro | **Aline Maciel de Carvalho** - CUT/DF | **Amanda Vingla** - Diretora do SintraseM | **Ana Carla Dumont** - Presidente da Associação dos Educadores dos Colégios Tiradentes de Minas Gerais | **Antônio Gomes Arcanjo** - Presidente do SINTAPPI / MG | **Augusto Ribeiro Silva** - Presidente Sindicato dos médicos SP | **Betão** - Deputado Estadual do PT-MG - Presidente da comissão de Trabalho da ALMG | **Celso Napolitano** - Presidente do Sinpro SP e FEPESP | **Cida Oliveira** - Vereadora do PT Juiz de Fora/MG | **Clea Moraes Moreira** - Executiva da CUT MG | **Daniel Carvalho** - vice-presidente do SINDIMETRO-MG | **Daniel Ferreira** - Secretário adjunto de política e comunicação do SINTRAFESC | **Edison Cardoni** - CondeseF | **Eduardo Pereira de Oliveira** - Presidente do Sindagua-MG | **Emerson Andrada**, coordenador geral do Sindieletr MG | **Eunice Ruth Araújo Lopes** - Presidenta FETAM SP e do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Limeira SP | **Evaldo Barbosa** - Diretor do SINTECT SC | **Francisca Idalina** - diretora do Sintect SP (Correios) | **Jefferson Erecy Santos Caproni** - Presidente SINSAUDE SP | **João Batista Gomes**, Direção Nacional da CUT | **João Gabriel**, presidente do SINDSEP SP | **Juliana Salles** - direção executiva Cut Brasil e sindicato dos médicos SP | **Louival Lopes** - Diretor do SINDPEC e CONTRACS | **Benedito Evangelista de Jesus Júnior** - Coordenador Geral do Sindados Bahia e Vice Presidente da Fenadados | **Luana Bife**, Direção Nacional CUT e CUT-SP | **Marcelo Carlini** - Direção Estadual CUT/RS | **Marcelo Mendes** - Diretor do sindicato dos metalúrgicos de Osasco e região | **Márcio Mendes de Almeida** - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da Construção e do Mobiliário de Juiz de Fora | **Maria da Conceição Pimenta** - Presidenta do sindicato dos Trabalhadores rurais de Açucena, Naque e Periquito/MG | **Neilo Lúcio Ramos Silva** - SINPAF JF/MG - Trabalhadores da Embrapa | **Nicolas Souza Santos** - Secretário da Associação dos Motoboyos, Motogirls e Entregadores de Juiz de Fora - AMMEJUF/MG, e da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos | **Oton Pereira Neves** - Sindsep/DF | **Paulo Cesar Bessa** - Sindagua/DF | **Paulo Henrique Viana da Cruz** - presidente da Federação Indep dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de SP - FITIASP | **Paulo Zocchi**, vice-presidente da Fenaj | **Pedro Peixe** - Membro da Comissão Nacional Docente (CND) do SINASEFE Nacional e Ex-Coordenador do Sinasefe IFMG | **Pedro Totti** - presidente Sinssp SP | **Rene Munaro** - Executiva Nacional da CUT | **Roberto Jorge Abou Kalam** - Diretor do SINPRO JF/MG | **Viviane Lopes Pontes** - coordenadora do Sind UTE de Cel. Fabriciano/Timoteo/ MG.

Veja todas as assinaturas em:
www.otrabalho.org.br

Rio Grande do Sul: Lula garante estabilidade e prorroga acordos coletivo

Medida é resultado da cobrança da CUT, federações e sindicatos gaúchos

No dia 6 de junho, o Presidente Lula (PT) e seu ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciou, em nova visita ao Rio Grande do Sul, medidas que atendem aos trabalhadores celetistas, incluindo estagiários e domésticos. É uma resposta a reivindicações feitas pela CUT-RS, federações e sindicatos, que denunciavam as ameaças de onda de demissões e uma ofensiva dos patrões de rebaixarem acordos coletivos.

Os anúncios são frutos da cobrança dos trabalhadores sobre o governo. Uma rodada de reunião com entidades sindicais, cobranças na vinda de Alckmin e sobre Pimenta, além da ida de uma delegação da CUT-RS na Marcha a Brasília no dia 22 de maio

deram este resultado que é comemorado pelos trabalhadores.

O governo federal anunciou a prorrogação por quatro meses de todos os contratos de trabalho vigentes. Ainda serão aportados recursos para o pagamento de dois salários mínimos (duas parcelas de R\$ 1.412,00 cada) para 434.253 mil trabalhadores e trabalhadoras formais contratados por empresas atingidas pelas enchentes. A contrapartida dos empresários é de não promoverem demissões durante o período.

União capital-trabalho para sair da crise? Não, obrigado

Há pouco tempo foi realizada uma reunião entre federações empresariais

e de trabalhadores na OAB-RS para discutir a crise. Uma enorme pressão se deu para que a CUT-RS assinasse um documento comum com empresários reivindicando a manutenção dos empregos. CTB, Força Sindical, UGT e CSB não se opuseram, mas sem a assinatura da CUT o documento não saiu.

Segundo o presidente da Federasul (Federação de Entidades Empresariais) a reunião “é um momento histórico excepcional que exige medidas emergenciais. É preciso que sejam trabalhados consensos para que nossas ações sejam em bloco”.

Esta tentativa (virão outras) de colocar os trabalhadores sob a aba dos empresários tem alguns objetivos. Primeiro bloquear a ação independente

em defesa dos trabalhadores enquanto os empresários utilizam a crise para expandir sua margem de lucro. A Fiergs, por exemplo, além de pedir R\$ 100 bi a Lula, também pleiteou a suspensão do recolhimento do FGTS, flexibilização de regras de licenciamento ambiental e até suspensão de prazos processuais junto ao IPHAN e FUNAI! Segundo, tentam preservar Eduardo Leite (PSDB), colocando-o, junto aos prefeitos, como vítima da situação.

Os acontecimentos desta semana demonstram que mais do que nunca é preciso se apoiar na classe, na força social que elegeu Lula, para abrir caminho para as mudanças que o Brasil precisa!

Paulo Farias e Marcelo Carlini

Venezuela: "uma outra campanha"

As lutas do povo trabalhador passam ao largo dos candidatos



↳ Protesto em Caracas, Venezuela em 2022

Em 28 de julho ocorrem eleições na Venezuela que opõem, como candidatos principais, o atual presidente Nicolás Maduro (PSUV) e Edmundo González, que substituiu a inabilitada María Corina Machado pela oposição pró-imperialista.

O governo Maduro fechou qualquer possibilidade de participação eleitoral para setores à sua esquerda, bloqueou inscrições e interveio judicialmente

em partidos. A sua política de ajuste ataca os salários e direitos, favorece o capital privado, além de criminalizar a luta dos trabalhadores, com mais de uma centena de dirigentes presos ou perseguidos.

Nesse contexto surgiu o "Manifesto por Outra Campanha", assinado por dezenas de coletivos e organizações populares, por dirigentes sindicais e políticos, do qual publicamos os

trechos abaixo:

"Nenhum candidato expressa os anseios dos trabalhadores"

"A outra campanha não tem outro candidato que não seja a luta do povo. Não vamos atrás daqueles que só oferecem mais do mesmo. Vamos por um programa popular que recolha os anseios e as lutas por nossos direitos, dos quais nenhum candidato fala. (...) Um programa popular; que demonstre que há saída para este labirinto sem que os pobres paguem o preço. Que é possível sair da crise devolvendo ao povo o seu protagonismo, seus direitos, ao trabalhador o seu salário, chamando os milhões de jovens que tiveram que ir embora do país para reconstruir a pátria que nos levaram. (...)

A outra campanha propõe apresentar uma agenda própria que recolha nossas principais demandas e lutas para resistir frente ao embate das políticas regressivas dos que governam e aquelas defendidas pela direita tradicional.

Vote como vote em 28 de julho, vote ou não vote, pouco mudará. Nesse dia, que cada um decida como exercer o seu direito. Mas as esperanças não

devem estar no resultado dessa eleição. Somente as lutas do povo, a organização dos despossuídos poderá mudar o país, como se viu ao longo da história. Não confiemos nas soluções desde o alto. Só o povo salva o povo. (...)

A outra campanha deve servir para encontrarmos, no rumo da conformação de um agrupamento político independente e democrático do povo trabalhador que impulse a construção de uma alternativa dos explorados, um polo para resistir ao embate neoliberal, defender nossas condições materiais de vida e os interesses da nação.

Nossa campanha é lutar!

Não às sanções dos EUA que empobrecem o povo e enriquecem os corruptos!

Que a crise seja paga pelos que mais tem!

Sem luta e organização não haverá recuperação salarial, nem resgate de nossos direitos!

Pensões e aposentadorias dignas!

Pela volta de nossos migrantes!

Sem ilusões, preparemo-nos para a luta!

Ganhe quem ganhar, os direitos se defendem!"

Equador: Liberdade para Jorge Glas

No sábado, 15 de junho, militantes da Assembleia Nacional Cidadã (ANC), de Guayaquil, realizaram ato, em frente à prisão de La Roca, pela libertação de Jorge Glas, ex-presidente do Equador, vítima de perseguição judicial.

Glas foi vice-presidente de Rafael Correa, de 2013 a 2017. Nas eleições de 2017 concorreu como vice na chapa encabeçada por Lenin Moreno.

Eleito, Moreno, muito rapidamente, rompeu com Rafael

Correa, adotou uma política abertamente pró-imperialista e articulou com a direita a destituição de Glas, que ficou preso de janeiro de 2018 a novembro de 2022.

Alvo de novo mandado de prisão, Glas abrigou-se na embaixada do México, em Quito, em 17 de dezembro de 2023.

Em 5 de abril de 2024, o atual governo de Daniel Noboa, invadiu a embaixada mexicana e sequestrou Glas, que, no momento, já era asilado político.

A inédita e brutal violação do direito internacional foi condenada pelo Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA). O México suspendeu as relações diplomáticas com o Equador.

A ANC-Guayaquil lançou um apelo internacional em favor da liberdade de Jorge Glas.

Quem quiser se somar a campanha pode enviar declarações de posição para Daniel Castillo Ruano, email: dcrzidzi@hotmail.com



↳ Campanha pela liberdade de Jorge Glas vai às ruas

África do Sul: brancos de volta ao governo

CNA sofre derrota histórica e se alia com minoria privilegiada

As eleições de 29 de maio na África do Sul fizeram com que o Congresso Nacional Africano (CNA) de Nelson Mandela, o mais antigo movimento de libertação da África, deixasse de ser o partido majoritário no país, como o era desde o fim do Apartheid em 1991 com os acordos de Kempton Park.

O CNA passou de 57% para 40% dos postos parlamentares, numa grande derrota do presidente Cyril Ramaphosa, obrigando-o a buscar outros partidos para compor uma maioria.

Nos primeiros dias após o pleito se falava numa composição do CNA com o MK (15%) do ex-presidente Jacob Zuma, considerado o mais corrupto que já dirigiu o país, ou até mesmo com o

EFF (Combatentes pela Liberdade Econômica), fruto de uma cisão à esquerda com o CNA liderada por Julius Malema, ex-dirigente de sua juventude, que fez 9% dos postos.

Um cenário que o partido da minoria branca privilegiada, a Aliança Democrática (AD), o segundo mais votado (22%), passou a chamar de "coalizão fatal", dizendo que tal governo afastaria os investimentos e traria o risco de afetar os seus interesses, em particular a sua propriedade sobre a terra.

ANC escolhe a direita branca

Enquanto a AD se dispunha a um "pacto multipartite" com Ramaphosa para manter o status quo de privilégios

para a minoria branca, Zuma exigia a renúncia do presidente para compor com o CNA.

Em 14 de junho, Ramaphosa foi reeleito presidente da África do Sul pelo parlamento com apoio da AD e de dois partidos menores de direita. Assim, a elite branca que preservou os seus privilégios econômicos e sociais ao negociar o fim do regime de Apartheid com Mandela há mais de 30 anos, volta a ser parte do governo. A sua política, abertamente pró-imperialista, vai se chocar, entre outras coisas, com o apoio do governo sul africano ao povo palestino, quando denunciou Israel nos tribunais internacionais.

No seio da CNA o descontentamento

com Ramaphosa é grande e o sentimento geral é que ele é um presidente fraco, responsável pela perda da maioria parlamentar. A situação econômica e social da maioria negra é muito ruim.

Nessas circunstâncias, os companheiros do Partido Socialista da Azânia (SOPA), numa declaração política após as eleições, afirmam:

"De nossa parte, o resultado dessas eleições abre novas possibilidades e reforça a nossa luta por uma assembleia constituinte independente dotada de plenos poderes e que dará todo o poder à maioria negra. Uma coisa está clara: a crise aberta é definitivamente a dos acordos de Kempton Park".

Correspondente

O resultado das eleições europeias e as guerras

“Macron conduz a França e a Europa para o desconhecido” (jornal El País)

Nas eleições de 9 de junho para o Parlamento Europeu, a rejeição da escalada das guerras e do genocídio em Gaza expressou-se de uma ou outra forma. Os governos e partidos mais engajados na guerra e no apoio a Netanyahu foram fortemente castigados. O discurso guerreiro de Van der Leyen, a chefe da União Europeia (UE), foi desautorizado.

A derrota do “partido da guerra” ficou claro na Alemanha e na França - os dois pilares da UE - apesar da repressão aos protestos e das calúnias (antisionismo=antisemitismo), inclusive de líderes chamados de esquerda,

para levar eleitores a apoiarem as guerras -Israel em Gaza e as ameaças concretas à Rússia - para avalizarem a expansão das despesas com a indústria de armas.

O SPD (“social democrata”) de Scholz no governo da Alemanha, amargou o pior resultado desde a Segunda Guerra, um terremoto em que caiu de 52% para 31% dos votos. Ali, o fenômeno não foi a explosão do fascismo, mas a emergência na sua estreia do partido de oposição de esquerda anti-guerra de Sahra Wagenknecht (BSW) com 6,2% que, formado há seis meses, é hoje o 2º partido de esquerda.



↳ Macron, presidente da França e Scholz, chanceler da Alemanha

Em 18 cidades, o BSW agrupou mais de 20.000 pessoas. Muitos trabalhadores tem esperança de ver finalmente surgir a representação política das reivindicações da maioria da sociedade. A maioria recusa-se a pagar o custo da política belicista de Scholz, dos Verdes e da direita: fechamento de hospitais, redução do salário real e corte das aposentadorias, e crescimento da pobreza com aumento drástico dos

preços básicos.

Também é significativo que na maioria dos países escandinavos as votações foram em geral à esquerda. Tudo junto, fica em questão a narrativa unilateral sobre o fascismo, que existe e cresceu em alguns locais mais que outros, mas cujo triunfo não está dado na Europa.

É especialmente sensível a disputa eleitoral, agora interna, na França.

Markus Sokol

O que está em jogo na França?

A posição da seção francesa da 4ª Internacional (19 de junho)



↳ Militantes do POI e da LFI pela Nova Frente Popular

Macron, o presidente francês, sofreu uma verdadeira derrota nas europeias. A sua lista obteve apenas 14% dos votos, cerca de 7% dos eleitores registados.

A França Insubmissa (LFI) de Jean-Luc Mélenchon teve 9%, 1 milhão de votos à mais da europeia anterior, com resultados às vezes 50% superiores em periferias de explorados e oprimidos. Noutras localidades, a rejeição a Macron levou votos para Marine Le Pen e Jordan Bardella, a extrema direita (Agrupamento Nacional, RN), que ficou à frente com 31% dos votos.

Na sequência da publicação do resultado, Macron anunciou a dissolução da Assembleia Nacional e a convocação de eleições legislativas antecipadas para 30 de junho (1º turno distrital) e 7 de julho (2º turno). Todos entenderam a dimensão do choque que se avizinhava: Macron tinha aberto as portas do poder à extrema-direita com a possibilidade de um governo Macron-Bardella

(coabitação entre o presidente com mandato até 2027 e um novo primeiro-ministro - NdT).

Nas horas seguintes, os jovens saíram às ruas e exigiram que os partidos LFI, PS, PCF e Verdes se unissem para apresentarem um candidato único em cada distrito eleitoral para barrar o caminho à RN e aos candidatos apoiados por Macron. Em frente das janelas onde decorriam a negociação entre os partidos que deu origem à Nova Frente Popular (NFP), eles gritavam “não nos traíam!”. O esquema dos líderes do PS, do PCF e dos Verdes para marginalizar a LFI - em acordo com Macron e setores dominantes do capital financeiro - foi destruído.

O Conselho Representativo das Instituições Judaicas da França (CRIF) se revoltou contra a aliança com a LFI que participou e organizou mobilizações em defesa do povo palestino. Embora a NFP seja denunciada como uma aliança com os “antisemitas” da LFI - enésima

repetição da infâmia nos últimos 8 meses - mais de 40.000 pessoas, muitos jovens, em 10 dias aderiram aos Grupos de Ação da LFI.

Temendo perder cargos e a bancada parlamentar, os líderes do PS, do PCF e dos Verdes assinaram um acordo de atribuição dos distritos eleitorais que coloca a LFI em primeiro lugar.

A crise envolveu o principal partido de direita (Os Republicanos), cujo líder fez uma aliança com a RN num golpe que destruiu suas instâncias. A vida política está agora polarizada entre dois campos: a LFI e a RN. No meio, um pântano de deputados compatíveis com Macron em vigília.

O empresariado está preocupado com a instabilidade na qual o país está entrando, pois centenas de milhares de pessoas saíram à rua em todo o país no último fim de semana. Os patrões procuram reforçar a RN e enfraquecer o NFP, inclusive de dentro, atacando duramente a LFI e Mélenchon, e empurrando o ex-presidente Hollande (PS) enfeitado com a flâmula da NFP, apesar da relutância do Secretário-Geral do PS e da repulsa dos ativistas de todos os quadrantes... mas com o apoio de Macron. As massas revoltadas com estas manobras adiam o ajuste de contas pois, antes de mais nada, querem impedir a ascensão da RN.

Mesmo o programa do NFP passa para segundo plano, apesar de incluir medidas de ruptura como a revogação da reforma da Previdência de Macron contra a qual milhões se mobilizaram há um ano, a lei da imigração e a reforma do seguro-desemprego, pelo congelamento dos preços, por um

aumento de 15% do salário mínimo e de 10% dos salários dos servidores, a expansão dos serviços públicos etc.

Em consequência desta situação, o programa também inclui o apoio à Ucrânia que os representantes do capital usaram para tentar impedir a formação da NFP. Como em todos programas numa campanha eleitoral que tem como objetivo a união para uma frente contra a extrema-direita, ele inclui compromissos sobre os quais se pode divergir, mesmo dentro dos partidos. É o caso da Ucrânia, objeto de debate desde o início. No entanto, é um fato que a esmagadora maioria da população é a favor da paz, não quer economia de guerra e muito menos o envio de tropas.

Recorde-se que, quando Zelensky visitou a Assembleia Nacional francesa, a maioria dos deputados do LFI ficaram ausentes, o que lhes valeu acusações históricas na televisão. Por isso, continuamos a nossa luta para explicar que esta guerra não é do interesse dos trabalhadores russos nem dos ucranianos, e que precisamos de paz agora, já.

A situação leva a fazer parte da NFP e rejeitar as comparações errôneas com a Frente Popular de 1936.

Está em curso um confronto em que estamos plenamente envolvidos, inclusive nos sindicatos. Como indica o semanário Informações Operárias (20 de junho): “Porque está na hora, é agora que é possível agrupar e organizar trabalhadores, jovens, ativistas, associações, partidos, sindicatos, cada um com suas particularidades. Os maiores choques, classe contra classe, estão chegando.”

RJ: petistas debatem questão palestina

Decisão é formar comitê de solidariedade e continuar a luta para exigir de Lula a ruptura com Israel

No dia 8 de junho, 30 militantes do PT em Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro, estiveram reunidos para discutir a questão da Palestina. Na atividade, os militantes da região trouxeram dúvidas, opiniões e propostas de ação pós-debate. Entre elas, aderir ao abaixo-assinado dos artistas endereçado à Lula, exigindo o rompimento de relações com o Estado de Israel. E também atividades de panfletagem e a construção de um comitê em defesa da Palestina no bairro, envolvendo outros setores, sindicatos e pessoas que queiram combater pelo fim do genocídio palestino.

Na mesa, como convidado para o debate, estava Nilton de Martins, trabalhador da EBC, da Comissão de

Empregados da empresa e membro do Diálogo e Ação Petista do Rio.

No plenário, vários militantes se inscreveram para debater. Muitos perguntaram sobre a questão da solução dos "dois estados", outros, questionavam o papel da ONU. Um dos inscritos afirmou: "Lula precisa romper com Israel. Não podemos aceitar que o nosso governo mantenha relações, sejam elas quais forem, com um Estado que comete um genocídio desses. É assustador o que fazem com as crianças e mulheres."

Nilton deixou claro: "A situação confirma, mais do que nunca, que a saída dos dois Estados é uma falácia. Precisamos discutir sobre isso. É claro que de forma urgente, o que os palestinos



precisam é do cessar-fogo imediato e que Lula rompa as relações econômicas, acadêmicas e diplomáticas com Israel".

O espírito de combate que tomou conta da atividade confirma que há disposição de luta entre os petistas. O Diálogo e Ação Petista no Rio de Janeiro

continuará a organizar debates e, principalmente, ações de rua, que nos permitam discutir com o povo. É o que alimentará a solidariedade com o povo palestino.

Jeffei, publicado originalmente em www.petista.org.br



Em debate em SP, educadores exigiram o fim do genocídio do povo palestino

No dia 4 de junho durante a reunião de Representantes Escolares do Sinpeem - Sindicato dos Profissionais em Educação do Município de São Paulo, ocorreu um debate sobre a questão Palestina.

Na mesa estavam Ualid Rabah (Federação Palestina do Brasil), Nilson Araújo de Souza (Sindicato dos escritores) e Nathanael

Braia (Especialista em história do Oriente Médio).

Mais de 2 mil profissionais presentes saudaram de pé a história de luta e resistência do povo palestino somando suas vozes as grandes manifestações de rua por todo o mundo dizendo "Palestina Livre, Palestina Livre"

Para a diretora do sindicato, Sabrina Teixeira, "agora é

preciso aproveitar este conhecimento debatido aqui e levá-lo para as escolas, promover debates com os profissionais, estudantes e familiares contra a barbárie televisada".

Ela e outros colegas tomaram a iniciativa de se dispor a organizar atividades nas escolas para ampliar a solidariedade com o povo palestino.

Gaza: a hipocrisia criminosa do G7

Biden comanda o bando de carneiros

Na sua declaração final publicada em 14 de junho, os líderes do G7 "exortam todas as partes a facilitar a passagem rápida e desimpedida da ajuda humanitária destinada a civis necessitados, especialmente mulheres e crianças". Consideram "essencial que as redes de distribuição da UNRWA [a agência da ONU para os refugiados palestinos] e de outras organizações e agências sejam plenamente capazes de fornecer ajuda

àqueles que dela mais necessitam, a fim de cumprirem o seu mandato de forma eficaz". Pura hipocrisia por parte dos mesmos governos que continuam a fornecer armas ao exército israelita. Recorde-se que os Estados Unidos suspenderam todo o financiamento à UNRWA em janeiro passado.

As lágrimas de crocodilo do presidente americano Joe Biden e dos seus aliados do "Grupo dos 7" (Alemanha,

França, Itália, Reino Unido, Canadá, Japão) que deploram o "número inaceitável" de civis mortos "de ambos os lados" desde 7 de Outubro, não impedem de forma alguma que o massacre continue com a sua cumplicidade, como tem denunciado os Médicos Sem Fronteiras, presentes em Gaza.

Crianças e civis continuam a ser massacrados. O exército israelense continua a matar e a obstruir a chegada de

ajuda humanitária, supostamente no centro da trégua anunciada em 16 de junho. Assim, segundo a FranceInfo, "os bombardeios continuam na Faixa de Gaza. Uma equipe da AFP relatou na madrugada de quinta-feira, 13 de junho, intensos disparos de artilharia e ataques de helicópteros israelenses no setor de Rafah, no extremo sul do enclave palestino, perto da fronteira com o Egito."

Tamara Rossi

Governo de Israel ataca trabalhadores palestinos

Vítimas dos bombardeios, 84 mil trabalhadores em Gaza e na Cisjordânia tem direitos ameaçados

O Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré relata que a Companhia Nacional de Seguros de Israel removeu os benefícios de acidentes de trabalho de 33 trabalhadores na Faixa de Gaza, alegando que eles haviam participado nos combates com as "unidades de elite" do movimento Hamas, e congelou os fundos de previdência de 84.000 trabalhadores em Gaza e na Cisjordânia.

Entrevistado pela televisão nacional palestina, com sede em Ramallah, o representante sindical indicou que os

parlamentares israelitas pretendiam aprovar uma lei para eliminar todos os benefícios devidos aos trabalhadores palestinos de Gaza sob o pretexto de alegada adesão ao Hamas.

O sindicato especifica que esta é, nada mais, nada menos, que uma punição coletiva infligida aos palestinos. Ele especifica que "estes processos contra trabalhadores palestinos são levados a cabo por causa da obsessão com a segurança, da histeria e do desejo de vingança contra eles. Todos os palestinos são considerados responsáveis pelo

ataque de 7 de outubro. É por isso que estamos apresentando uma petição preliminar ao Supremo Tribunal para impedir a decisão de congelar os benefícios dos trabalhadores palestinos."

Note-se que em 7 de março, o Israel-24News forneceu a seguinte informação: "Após uma investigação aprofundada, o serviço de segurança Shin Bet negou as alegações de que os trabalhadores palestinos de Gaza tinham colaborado em massa com o Hamas para recolher informações antes do massacre de 7 de Outubro. A mídia

hebraica divulgou os resultados na quarta-feira, revelando que depois de entrevistar aproximadamente 16% da força de trabalho, a agência não encontrou nenhuma evidência de um esforço coordenado para fornecer informações ao grupo terrorista."

Nada pôde ser provado pelos meios policiais do Estado, que, no entanto, nunca teve a menor benevolência para com os palestinos. Este fato, portanto, não deve impedir a aplicação de políticas racistas e segregacionistas.

Correspondente